

## ONDE PÁRA O DINHEIRO DOS PORTUGUESES

Os portugueses estão pessimistas em relação ao futuro da economia. O “fantasma” do desemprego e perda de poder de compra são duas certezas para 2003, já interiorizadas por muitas famílias. Os tempos são de poupança.



O Correio da Manhã contactou o Observatório do Endividamento para saber quando é que os portugueses se aperceberam que a situação económica aconselhava a uma contenção nas despesas e a um aumento da poupança. “A partir de 1999, existe uma clara percepção das famílias de que as coisas não vão bem”, adiantaram fontes daquela instituição, acrescentando que, “esse momento marca uma viragem no comportamento das famílias”.

Aquele diagnóstico é suportado pelos dados compilados pelo Banco de Portugal e divulgados no seu relatório anual referente ao ano 2000: “Em 2000, os particulares voltaram a apresentar uma situação de necessidades líquidas de financiamento, num montante que se manteve inalterado face a 1999, em 0,9 por cento do Produto Interno Bruto.

A tendência de redução sucessiva da capacidade de financiamento dos particulares, observada em anos recentes, foi assim interrompida, constituindo um sinal de que o processo de ajustamento dos desequilíbrios da economia portuguesa se terá iniciado, pelo menos no que respeita ao comportamento das famílias”.

Um ano depois, a instituição liderada por Vítor Constâncio constatava sem margem para dúvidas que existiu “um abrandamento significativo das despesas de consumo em termos reais e um aumento da taxa de poupança,

que passou de 7,5 por cento para 8,1 por cento quando quando medida em percentagem do PIB (10,8 para 11,7 por cento do rendimento disponível).

Os particulares foram obrigados a aumentar a sua taxa de poupança para poderem fazer face aos encargos com a amortização das dívidas contraídas em anos anteriores (em particular na compra de casas, carros e outros bens de consumo).

Actualmente, o dilema dos aforradores é onde aplicar o dinheiro com uma remuneração minimamente atractiva e com a garantia do capital investido.

Os tradicionais depósitos a prazo e certificados de aforro continuam a recolher a preferência de muitos aforradores (ver quadro). Mas mesmo aí, e como o CM noticiou oportunamente, as melhores taxas não conseguem dar aos depositantes um rendimento real positivo.

O mercado de capitais é actualmente uma opção demasiado arriscada para as pequenas poupanças, mesmo na vertente dos fundos de investimento e a alternativa “seguros” é ainda pouco acolhida entre as famílias portuguesas.

### **Endividamento mais do que quintuplicou na década de 90**

Os portugueses têm praticamente todo o seu rendimento anual disponível comprometido com os encargos financeiros das dívidas. Em 2001, 96 por cento do rendimento dos particulares destinava-se ao pagamento de compromissos com a compra de habitação própria, carro, mobília e electrodomésticos. Nos últimos onze anos, o endividamento médio das famílias multiplicou-se por mais de cinco vezes.

Os dados do Banco de Portugal revelam à exaustão como as famílias aproveitaram as condições económicas favoráveis, entre 1997 e 1999, para “aumentar a sua qualidade de vida”, na análise de Catarina Frade,

responsável do Observatório do Endividamento dos Consumidores. Com a baixa das taxas de juro e o aumento do rendimento nominal em 1997, o endividamento médio dos portugueses disparou de 49,5 por cento do rendimento disponível, em 1997, para 96 por cento, em 2001, um valor que cobre praticamente toda a receita anual disponível.

Para Catarina Frade, “a taxa de endividamento portuguesa é, de facto, bastante elevada”. Só que a análise detalhada das dívidas revela que estas resultaram da aquisição de casa própria, automóvel, mobiliário e electrodomésticos. Dito de outro modo, quer dizer que “os bens adquiridos constituem hoje bens de primeira necessidade”, como explica a responsável do Observatório do Endividamento dos Consumidores.

Para Catarina Frade, este endividamento repentino não é mais do que “uma reaproximação ao nível médio da vida comunitária feita num curto espaço de tempo”. Apesar de a taxa de endividamento média das famílias ser elevada, o peso médio dos encargos mensais com a dívida rondará os 26 por cento do rendimento mensal, o que “é uma taxa de esforço perfeitamente comportável”, considera aquela responsável.

O incumprimento das dívidas poderá surgir é com o aumento do desemprego, dado que “o emprego ou a sua instabilidade são os principais factores de sobreendividamento das famílias”, acrescenta. Para já, “o grosso dos portugueses cumpre regularmente as suas prestações da dívida”, diz. E, assim sendo, “não há nada que nos diga que existe um drama de sobreendividamento em Portugal”, afirma Catarina Frade. Mas, “mesmo que sejam poucos, são sempre casos muito dramáticos”, conclui.

Os dados agregados sobre o incumprimento disponibilizados pelo Banco de Portugal indiciam que o incumprimento no crédito ao consumo não é ainda uma questão problemática: o rácio entre o montante do capital vencido e o total do saldo devedor tem vindo a diminuir, situando-se ligeiramente acima

dos quatro por cento.

Trata-se de uma situação que, com o agravar das condições económicas, em particular do desemprego, poderá conhecer um agravamento significativo, com as consequências directas para os rácios de solvabilidade das instituições financeiras.

– António Sérgio Azenha

### **APFIN é a favor de acção pedagógica**

É preciso “fazer alguma pedagogia no Dia Mundial da Poupança”, que se celebra amanhã. O apelo é feito pela APFIN – Associação Portuguesa das Sociedades Gestoras de Patrimónios e de Fundos de Investimento. Segundo a organização, “o papel fundamental do Dia Mundial da Poupança é, em primeiro lugar, o de alertar todos para a importância de poupar e, posteriormente, identificar e explicar as características dos vários instrumentos ao dispor dos aforradores para que as suas poupanças sejam aplicadas de modo eficiente, tendo sempre em atenção o seu grau de risco e o horizonte temporal esperado para o investimento.”

A APFIN diz que, nesta data, “pretende-se sensibilizar todos, particulares e instituições, com maior incidência nos primeiros, para a necessidade de poupar e para os benefícios que advêm dessa atitude, não só para esses particulares e instituições mas para a economia em geral.” E “esta sensibilização é tanto mais urgente quanto maior o número e mais graves as situações de sobreendividamento das famílias”.

Rui Correia Pedras, presidente da AEGFP – Associação das Empresas Gestoras de Fundos de Pensões, também considera importante o Dia Mundial da Poupança, cuja celebração “permite lembrar às pessoas a necessidade de poupar, nomeadamente de poupar para a reforma, num período em que o Estado terá cada vez menos capacidade para corrigir os desequilíbrios financeiros que afligirão a segurança social ao longo dos próximos anos.”

O responsável da AEGFP espera que o Dia “relembre as pessoas da necessidade de pouparem para a reforma e que, devido a isso, algumas iniciem ou reforcem os seus planos PPR-E.” Como estamos no último trimestre do ano, momento em que as pessoas se preocupam mais com os benefícios fiscais, Rui Correia Pedras frisa que “existe no mercado um excelente produto de poupança para a reforma que alia a flexibilidade – porque pode ser mobilizado para fazer face a alguns acontecimentos inesperados (doença, desemprego, invalidez) e despesas de educação – a interessantes benefícios fiscais.”